

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Entulho" de MPs será teste para medir base do governo Lula no Legislativo 3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação robusta de 2022 não deve se repetir (Editorial) 5

VALOR ONLINE - FIO DA MEADA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A paridade no Carf e o reforço à legalidade 6

O GLOBO - ON LINE - RJ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O novo Congresso e a extensa pauta econômica do governo Lula 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida fica em 73,5% do PIB, menor nível desde 2017 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com saúde e educação superou mínimo 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Convenção 158 da OIT no STF e segurança jurídica - OPINIÃO JURÍDICA 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Na mira, servidores golpistas 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Justiça bloqueia bens de mais 40 presos por depredação 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Marinho está ligado ao que há de pior do governo Bolsonaro" 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas terão ritmo intenso, diz Haddad 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiesp dá "senha" para a reforma fiscal andar 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alexandre Padilha PP, PL e Republicanos têm quadros que podem continuar no governo
..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto menor ajuda a aprovar reforma, diz Fiesp a Haddad 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo espera eleição no Congresso para definir passos de reforma tributária.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira defende aprovação da reforma tributária e colegiado com Estados.....	28
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Eleição para Câmara e Senado: como funciona, o que está em jogo, quais são os candidatos e quem apoia quem	29
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Paulo Guedes vai presidir conselho em São Paulo, diz Tarcísio.....	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reformas em jogo (Editorial).....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Zerar desmatamento na Amazônia e no cerrado pode gerar ganho de R\$ 1,2 tri.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
FMI vê leve melhora no cenário global, com moderação dos riscos.....	39

"Entulho" de MPs será teste para medir base do governo Lula no Legislativo

Ranier Bragon

Brasília O Congresso volta ao trabalho a partir desta semana com 27 medidas provisórias na fila de análise, 20 delas editadas ainda por Jair Bolsonaro (PL).

Entre os temas abordados por essas medidas, estão a que fixa o salário mínimo em R\$ 1.302, a que mantém o Auxílio Brasil de R\$ 600, a que prorroga a desoneração dos combustíveis e a que aumenta o número de ministérios de 23 para 37.

Além disso, a Câmara e o Senado têm também na fila desse início de Legislatura a análise de 24 vetos presidenciais.

O Congresso retoma os trabalhos oficialmente nesta quarta (iº), com a posse dos 513 deputados federais e 27 senadores (o mandato no Senado é de oito anos e só um terço da Casa foi a disputa nas eleições de 2022), além da eleição das Mesas Diretoras.

Arthur Lira (PP-AL) deve ser reeleito na Câmara com facilidade. No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) é favorito, mas enfrentará uma candidatura competitiva, a do ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN).

Medidas provisórias são o mecanismo usado pelo presidente da República para legislar. Elas têm efeito imediato de lei, mas precisam se restringir a temas relevantes e urgentes.

As MPs precisam também ser validadas em um prazo de até 120 dias pelo Congresso, que pode rejeitá-las, modificá-las ou simplesmente deixar que elas "caduquem", ou seja, que percam a validade por não terem sido analisadas pelos parlamentares nesse período.

Se não forem votadas em até 45 dias, elas passam a impedir a votação em plenário de outros projetos que possam ser regulados por MP.

Bolsonaro foi o presidente que mais editou MPs na história recente, com um total de 285, e uma média de 71 por ano.

O volume não se materializou em resultados, na mesma proporção. Bolsonaro teve as menores taxas de projetos aprovados no Legislativo, além de ser o

recordista no número de vetos derrubados, se comparado a seus antecessores, de acordo com levantamento que abrange dados até o penúltimo semestre de cada mandato.

Já Lula começou seu terceiro mandato em ritmo acelerado, com a edição de 7 MPs até o dia 25 de janeiro, o que só é superado por ele próprio -em sua segunda gestão, foram 12 em igual período.

A votação das medidas provisórias será o primeiro teste para medição da base de apoio de Lula no Congresso, cuja montagem incluiu a distribuição de ministérios e cargos do segundo escalão a partidos de esquerda, centro e direita.

Três MPs são consideradas cruciais nesse teste, já que, de acordo com parlamentares, é sobre elas que recaem as maiores chances de traição e derrota para o governo.

São elas a que restabelece o voto de qualidade no âmbito do **Carf**, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (MP 1.160/23), a que transfere o Coaf (Conselho de Atividades Financeiras) do Banco Central para o Ministério da Fazenda (MP 1.158/23) e a que extinguiu a Funasa, que é a Fundação Nacional de Saúde (MP 1.156/23).

Essas são as MPs com mais chance de parlamentares dos partidos de centro e direita atraídos para a base de Lula demonstrarem na prática alguma insatisfação.

Apesar de Lula ter distribuído nove ministérios para PSD, MDB e União Brasil, haverá dissidências nas três legendas, em especial a última, que ainda negocia mais espaço no segundo e terceiro escalões.

O voto de qualidade no **Carf** foi extinto pelo próprio Congresso em 2020, o que indica o potencial de resistência à sua volta.

Esse voto assegurava à **Receita Federal** a manutenção da cobrança em caso de empate no julgamento - algo comum em disputas envolvendo grandes valores, uma vez que o tribunal é formado por representantes do Fisco e dos contribuintes.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem

alertado para o aumento significativo do estoque de processos, que saltaram de R\$ 600 bilhões para R\$ 1,2 trilhão em quatro anos.

Já a migração do Coaf para ao Ministério da Fazenda não é bem vista por boa parte do mundo político sob a justificativa de que há receio de uso político do órgão.

A extinção da Funasa, que distribuiu as atribuições do órgão para as pastas da Cidade e Saúde também desagradou congressistas que perdem poder de influência sobre o órgão.

Além dessas MPs, pode haver pressão para um reajuste maior ao salário mínimo (MP 1.143/22), até pela promessa de campanha de Lula nesse sentido.

Dentre as outras MPs que também podem sofrer alterações estão a do Auxílio Brasil (1.155/23), a que estende o prazo de quitação de empréstimo para micro e pequenas empresas (1.139/22) e a que prorroga até o fim do ano a desoneração dos combustíveis (MP1.157/23).

Uma medida que pode ser adotada pela base governista é deixar MPs de Bolsonaro caducarem.

O ex-presidente também iniciou a sua gestão herdando um número expressivo de MPs que haviam sido editadas pelo antecessor, Michel **Temer** (MDB), na fila de análise. Na ocasião, o governo deixou 11 MPs de **Temer** sem votação, o que ocasionou a perda da validade.

A Câmara pode votar nesta semana também a indicação da Casa para a vaga no TCU (Tribunal de Contas da União) aberta com a aposentadoria da ministra Ana Arra-es. O favorito é o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), candidato do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Já o plenário do Congresso (sessão conjunta de Câmara e Senado) tem na fila 24 vetos presidenciais, 8 deles "trancando a pauta", ou seja, impedindo a análise de outros temas antes de sua votação.

Entre eles, estão os vetos de Bolsonaro à correção do piso salarial da enfermagem pelo INPC, a volta da obrigatoriedade de despacho gratuito de malas pelas companhias aéreas, além de cinco trechos da Lei do Estado Democrático de Direito que poderiam, entre outros efeitos, agravar a pena de militares ou parlamentares que participaram ou impulsionaram os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

A Lei do Estado Democrático foi aprovada no Congresso para substituir a Lei de Segurança Nacional, herança da ditadura militar. O novo

dispositivo entrou em vigor em 2021, em meio a uma escalada nas declarações golpistas de Bolsonaro, que chegou a colocar em dúvida a realização das eleições de 2022.

O Congresso aprovou a nova legislação, que depois foi sancionada pelo presidente, mas com cinco vetos que pouparam militares, políticos e propagadores de fake news.

+

Ministro volta ao Senado por Pacheco

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD-MT), vai reassumir o mandato no Senado provisoriamente na próxima quarta-feira (lo) para garantir o voto ao aliado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que tenta a reeleição. A primeira suplente de Fávaro, Margareth Buzetti (PSD-MT), só trocou o PP - partido que deu sustentação a Jair Bolsonaro (PL) - pelo PSD no mês passado, após pressão para que integrasse a base do novo governo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50173&maxTouch=10&_ga=2.36814816.1957298370.1675151526-1178689839.1662718364&anchor=6472149&pd=d5f70216931f1e2d0984427e74d2f641

Arrecadação robusta de 2022 não deve se repetir (Editorial)

A **Receita Federal** divulgou resultado recorde da arrecadação em 2022. O recolhimento de **tributos** cresceu, apesar das desonerações promovidas pelo governo Bolsonaro para tentar impulsionar seus resultados nas urnas e frear a **inflação**. Mas a perspectiva é que a receita vai diminuir neste ano, na esteira da desaceleração do nível de atividades, mesmo que alguns **tributos** voltem a ser aplicados, e de mudanças no cenário, como o recuo dos preços de algumas commodities.

A arrecadação de **impostos** federais totalizou R\$2,218 trilhões no ano passado, 8,18% a mais do que em 2021, em termos reais, alavancada pela expansão da economia, estimada em cerca de 3%. Empresas dos segmentos de commodities, combustíveis e alimentos foram favorecidas pela alta de preços e pagaram mais **impostos** sobre receitas maiores. O quadro não foi tão positivo em Estados e municípios, prejudicados pela redução do ICMS determinada pelo Palácio do Planalto e pelo Congresso.

Dois **impostos** tiveram papel importante para o resultado federal, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que arrecadaram R\$489,6 bilhões, 17,73% a mais em termos reais do que no ano anterior. Houve um aumento de 82,09% na arrecadação da declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021.

Outro destaque foi o IRRF-Rendimentos de Capital, que arrecadou R\$ 97,130 bilhões em 2022, com aumento real de 67,23% sobre o ano anterior. Esse resultado foi turbinado pelo salto nominal de 157% na arrecadação de imposto sobre os fundos de renda fixa e de 139,54% sobre as aplicações em títulos de renda fixa, tanto de pessoas físicas quanto de empresas, que somaram R\$ 97,1 bilhões. A taxa Selic saltou de 2% no início de 2021 para os atuais 13,75% ao ano.

A receita previdenciária proporcionou arrecadação de R\$ 564,7 bilhões, representando acréscimo real de 5,98% sobre 2021. Esse resultado se deve ao aumento real de 8,23% da massa salarial e alta real de 12,85% na arrecadação da contribuição previdenciária do Simples Nacional.

O recorde ocorreu mesmo com o governo federal deixando de arrecadar R\$ 120,447 bilhões por causa de desonerações tributárias. O governo abriu mão de R\$ 43 bilhões com a desoneração de combustíveis e redução do IPI. Foram R\$ 25,85 bilhões referentes ao corte de **tributos** federais sobre gasolina, diesel e etanol, e os R\$ 17,2 bilhões restantes do IPI, metade dos quais seria repassado a Estados e municípios.

O aumento da arrecadação foi determinante para o superávit de R\$ 54,1 bilhões obtido pelo governo central no ano passado, marco positivo registrado pela primeira vez desde 2013.

O balanço positivo tem vida curta. Não há a mais remota expectativa de que esses números serão batidos neste ano, apesar da possibilidade de o governo rever a desoneração dos combustíveis. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já gostaria de ter revisto esse artifício do governo, mas cedeu à área política, preocupada com o impacto no salto da **inflação** e de reações negativas do eleitorado bolsonarista. Em entrevista ao Valor (27/1), Haddad disse que a cotação internacional do petróleo e o câmbio já estão mais favoráveis a um movimento desse tipo, mas ainda evita definir um data.

O pacote para reduzir o déficit primário deste ano, previsto em 2,2% do **PIB** na Lei Orçamentária, para 0,5% a 1%, divulgado por Haddad há cerca de duas semanas, embute uma reestimativa de receita deste ano de R\$ 36,4 bilhões. Segundo os economistas que analisaram o plano, ele é basicamente calcado no aumento da arrecadação e é fraco em corte de despesas. Cálculos do Instituto Fiscal Independente (IFI) estimam que pode produzir um aumento de R\$ 56,3 bilhões da arrecadação.

Os valores são muito pequenos perto das intenções de gasto do governo petista. O principal empecilho para a sustentação da arrecadação, porém, é a desaceleração da economia, que reduzirá receita e o lucro das companhias, diminuindo os **impostos** que recolhem. Relatório Focus do Banco Central (BC) mostra a previsão de que o **PIB** deve crescer menos de 1% neste ano - 0,80% na pesquisa divulgada desta semana -, e que a **inflação** não deve dar maior trégua, ficando em 5,74%, praticamente igual aos 5,79% do IPCA de 2022.

A paridade no Carf e o reforço à legalidade

Por Edison Fernandes

A fábula do Robin Hood é perfeita para ilustrar a relação tributária. Gosto tanto dessa referência que já a utilizei duas vezes neste espaço. Na segunda vez, lembrei do filme de mesmo nome protagonizado por Russel Crowe, destacando a cena cujo pano de fundo é a "conferência" entre o rei João Sem Terra e os nobres britânicos, que resultaria na Magna Carta - a primeira das constituições.

Ponto marcante da Magna Carta é o princípio "non taxation without representation". Relembrando: por esse princípio, a criação de **tributos** dependeria da deliberação e da aprovação dos próprios contribuintes, ainda que por meio de seus representantes.

Atualmente, trata-se do princípio da legalidade, inserido na Constituição Federal de 1988, genericamente, no artigo 5º, II e, especificamente à matéria tributária, no artigo 150, I.

Reafirmo que a legalidade tributária não é meramente o cumprimento de uma formalidade, uma burocracia, mas, na verdade, significa incluir o contribuinte na tomada de decisão sobre a tributação.

No Brasil, o referido princípio da Magna Carta se reforça na recentemente muito criticada paridade na formação do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

É certo que o **Carf** não é um tribunal judicial. Portanto, é certo que o **Carf** é um órgão da administração tributária, ligada ao Ministério da Fazenda. No entanto, a paridade beneficia o sistema tributário em pelo menos dois aspectos.

Em primeiro lugar, reforça a participação do contribuinte na cobrança do tributo, não só na sua elaboração, por meio de lei, como também na revisão do lançamento (ato administrativo de exigência do crédito tributário), ou seja, no seu "acertamento".

Em segundo lugar, essa revisão da cobrança, esse "acertamento", é feito de maneira plural e com diversidade. Os conselheiros do contribuinte, não raro, colaboram na compreensão das práticas comerciais e na execução dos contratos e dos negócios jurídicos, indispensável para bem determinar o tributo incidente.

Com a soma e a diversidade de posições, resultado das culturas e das experiências dos conselheiros

indicados pelo fisco e dos conselheiros indicados pelos contribuintes, pode-se buscar um consenso mínimo sobre os fatos e, dessa forma, sobre a aplicação da **legislação tributária**.

Se a formação paritária do órgão administrativo de julgamento da cobrança tributária é "coisa exclusivamente brasileira", deveríamos exportar esse modelo, pois é algo que funciona bem há quase 100 anos.

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2023/01/a-paridade-no-carf-e-o-reforco-a-legalidade.ghtml>

O novo Congresso e a extensa pauta econômica do governo Lula

Quando o novo Congresso iniciar os trabalhos do ano legislativo na quarta-feira, os parlamentares já terão pela frente uma série de votações de temas de interesse do governo Lula, em especial da pauta econômica, capitaneada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além de medidas provisórias, como a sobre mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o Planalto quer ver os primeiros passos da prometida **reforma tributária** serem dados, visando uma aprovação já nos próximos meses.

Contudo, a tarefa não é das mais simples: Lula ainda não tem maioria para aprovar, por exemplo, uma mudança na Constituição, e precisaria negociar votos com setores que, até pouco tempo, estavam ao lado de Jair Bolsonaro. Há ainda pautas pendentes em outras pastas, como da Justiça, incluindo os planos para endurecer as punições a atos antidemocráticos.

No Senado, embora o atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), seja o favorito à reeleição, houve uma intensificação dos trabalhos nos bastidores para evitar uma potencialmente danosa ao Planalto vitória de Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro de Bolsonaro e apoiado por aliados do ex-presidente.

Para explicar os bastidores das pautas econômicas do governo, no momento em que um novo Congresso toma posse, o Ao Ponto desta terça-feira recebe o repórter Manoel Ventura, da sucursal d'O GLOBO em Brasília.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Filipe Barini, sempre abordando acontecimentos relevantes da atualidade. O episódio também pode ser ouvido na página de Podcasts do GLOBO. Você pode seguir a gente em plataformas como Spotify, iTunes, Deezer e também na Globoplay

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/01/o-novo-congresso-e-a-extensa-pauta-economica-do-governo-lula.ghtml>

Dívida fica em 73,5% do PIB, menor nível desde 2017

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O Banco Central informou ontem que a dívida bruta do país fechou 2022 representando 73,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Esse resultado de dezembro é o menor patamar desde julho de 2017, quando a relação entre a dívida pública e o **PIB** era de 73,18%.

O governo de Jair Bolsonaro entregou um endividamento menor do que quando assumiu. Em dezembro de 2018, a dívida bruta era o equivalente a 75,27% do **PIB**. Essa relação chegou a 87,57% do **PIB** em outubro de 2020, por causa dos gastos extras com a pandemia da Covid-19.

A avaliação de Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, é que o governo Bolsonaro conseguiu balancear as despesas -aumentou os gastos sociais, como com o Auxílio Brasil, mas seguiu reajustes de servidores -e que isso influenciou no resultado da dívida. Ainda assim, ela considera que esse é um patamar elevado e que haverá pressão para a discussão no Congresso da nova âncora fiscal para substituir o teto de gastos: -O nível da dívida deveria estar ao redor de 60%, que seria o razoável para uma economia emergente, o que traz bastante preocupação sobre como vai ocorrer a discussão da alteração do arcabouço fiscal.

SUPERÁVIT DE R\$54,9 BI Segundo a economista, embora tenha ocorrido uma melhora relevante, esse patamar da dívida não é razoável por exigir uma taxa de juros alta para remunerar quem compra títulos da dívida do Tesouro brasileiro.

No ano passado, o governo também pressionou o BNDES a devolver empréstimos à União, o que pode ter contribuído para a redução do endividamento relativo do país no ano passado. O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha, diz que a antecipação da devolução pelo BNDES dos recursos emprestados pelo Tesouro teve impacto na dívida bruta.

A dívida do BNDES, que era de R\$ 134,4 bilhões em dezembro de 2021 caiu para R\$ 70,7 bilhões em dezembro de 2022. Em percentual do **PIB**, a redução foi de 1,5% para 0,7% entre 2021 e 2022.

Simone Pasianotto, economista-chefe da Reag Investimentos, projeta que a dívida pública deve subir ao longo de 2023 e 2024. A desaceleração da economia provocada pelos juros elevados deve piorar o resultado. A projeção é que, em 2023, a proporção da dívida em relação ao **PIB** fique em 79%, com escalada continuada para 2024, quando deve chegar a 83% do **PIB**.

Ainda de acordo com o BC, o governo central fechou 2022 com superávit de R\$ 54,9 bilhões. Ao considerar o resultado do setor público consolidado - que compreende o governo federal, estados e municípios e **INSS** - o superávit ficou em R\$ 126 bilhões, ante um resultado positivo de R\$ 64,7 bilhões em 2021.

JUROS MAIS ALTOS O Banco Central informou que a dívida bruta - que compreende o governo federal, **INSS**, governos estaduais e municipais - equivale a R\$ 7,2 trilhões. Ao longo de 2022, esse montante caiu 4,8 pontos percentuais em relação ao **PIB**, reflexo do avanço do **PIB** nominal com a **inflação** mais alta, de resgates líquidos de dívida e da incorporação de juros.

Simone Pasianotto explica que o crescimento da atividade econômica se refletiu na melhora da arrecadação e diminuiu a necessidade de se financiar a dívida.

Os resgates também diminuíram. Ou seja: foi possível pagar parte da dívida e reduzir a necessidade de financiamento. Por outro lado, o aumento nos juros, com a Taxa Selic em 13,75% ao ano, pressionaram o cenário e impediram uma redução mais forte: - O que mais pesa na dívida bruta é a Selic, que passou para 13,75% no ano passado, e esse é o maior fator que não permitiu que a gente melhorasse o resultado. Na outra mão, o crescimento econômico ajudou a balancear o desempenho.

79%

**do PIB é o patamar da dívida
esperado para este ano**

Pela previsão da Reag Investi-
mento, em 2024, o endividamen-
to sobe para 83%

Gasto com saúde e educação superou mínimo

Estevão Taiar De Brasília

O governo federal gastou em 2022 mais do que o mínimo constitucional nas áreas de saúde e educação. As informações estão no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da União referente a dezembro de 2022, divulgado nesta segunda-feira, 30, pelo Tesouro Nacional.

A despesa com educação alcançou R\$ 84 bilhões no ano passado, o equivalente a 133,8% do mínimo constitucional. Em 2021, os gastos tinham somado R\$ 76,3 bilhões.

Já no caso da saúde as despesas alcançaram R\$ 151,9 bilhões, o equivalente de 108,3% do limite constitucional, mas abaixo dos R\$ 179,1 bilhões de 2021.

O RREO também mostrou que o déficit da **Seguridade Social** ficou em R\$ 276,3 bilhões em 2022.

"O Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) apresentou déficit de R\$ 270,2 bilhões, enquanto o Regime Próprio de Previdência dos **Servidores Públicos** (RPPS) apresentou resultado negativo de R\$ 50,8 bilhões e o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, de R\$ 48 bilhões", afirma o **comunicado** do Tesouro.

Já a Receita Corrente Líquida (RCL) alcançou o maior patamar da série histórica, atingindo R\$ 1,25 trilhão no ano, o equivalente a 14% em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

"A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e municípios e algumas contribuições", lembra o Tesouro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187447>

Convenção 158 da OIT no STF e segurança jurídica - OPINIÃO JURÍDICA

Ana Paula Oriola de Raeffray

Recentemente voltou a ser debatido o tema da aplicação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, impulsionado pela expectativa de conclusão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.625 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Convenção 158 trata das regras, requisitos e condições para a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador, tendo sido aprovada na 68ª Conferência Internacional da OIT, em 1982. Inicialmente, o Brasil ratificou a referida convenção, tendo o Congresso Nacional aprovado o texto no ano de 1992 e sua promulgação ocorrido em 1996 pelo Decreto nº 1.855.

No mesmo ano de sua promulgação, contudo, o Brasil denunciou a convenção à Off pelo Decreto Federal nº 2.100/1996, que foi objeto da ADI nº 1.625, sob o argumento de que a denúncia não poderia ter sido promovida por ato exclusivo do presidente da República, sendo necessária também a aprovação do Congresso Nacional. Ao final, portanto, o objetivo dessa ação é o de restabelecer a vigência dessa convenção no Brasil. O principal ponto de preocupação relativo aos termos da Convenção 158 é que somente se permite o desligamento do empregado se houver uma causa justificada e comprovada, relacionada (i) à capacidade ou ao comportamento do empregado, (ii) ou às necessidades de funcionamento da empresa em virtude de dificuldades econômicas, tecnológicas ou estruturais. Dessa forma apregoam alguns que a aplicação da Convenção 158 da OIT poderia implicar a impossibilidade de utilização da dispensa sem justa causa em contratos por prazo indeterminado. Suscita-se, ainda, a possibilidade de questionamento das demissões sem justa causa ocorridas anteriormente, caso a convenção tivesse aplicação retroativa.

Mas o certo é que, em linhas gerais, essa convenção estabelece regras rigorosas para o desligamento de um empregado, criando dificuldades para as empresas no trato com mudanças econômicas ou outras circunstâncias imprevistas, pois pode limitar sua capacidade de responder rapidamente aos desafios do mercado. Pode, também, fomentar o conflito judicial para as empresas que desejam ou dispensam seus trabalhadores, levando a uma maior onerosidade e

demora na rescisão do contrato de trabalho. Esse cenário tem o condão de propiciar aumento dos custos, com chance de comprometer a competitividade das empresas. Além disso, a adoção dessa convenção pode desfavorecer a contratação de novos trabalhadores em períodos de dificuldades ou incertezas econômicas, pois as empresas poderão ficar relutantes em admitir novos empregados devido ao medo de não conseguir dispensá-los no futuro.

E, ainda que assim não o fosse, essa convenção é incompatível com a Constituição Federal. Isso se justifica porque o núcleo protetivo do artigo 7º, I, da Constituição de 1988 permite o desligamento do empregado sem qualquer justificativa e prevê uma indenização compensatória nessa hipótese. Os países que adotaram essa convenção, como Espanha, Portugal e França, experimentam redução da produtividade evidente, portanto, a escolha do constituinte de abandonar a necessidade de justificar a rescisão do contrato do empregado. Em outras palavras, a Constituição ao mesmo tempo concede liberdade às empresas para contratar e dispensar empregados e estabelece mecanismos de proteção financeira quando do desligamento sem justa causa, tanto pela indenização compensatória, hoje multa de 40% sobre o saldo do FGTS, como também pelo aviso prévio proporcional.

Nesse rastro, os países que adotaram essa convenção, como Espanha, Portugal e França, experimentam redução da produtividade, problemas crônicos com a temporalidade dos contratos de trabalho e, conseqüentemente, diminuição dos postos de trabalho por prazo indeterminado. Essa discussão, entretanto, certamente não será aprofundada pelo STF por ocasião do julgamento da ADI nº 1.625, o que pode levar à insegurança jurídica e a um exponencial aumento da judicialização de conflitos em torno do tema, caso se conclua pela inconstitucionalidade do Decreto Federal nº 2.100/1996. Mas os efeitos dessa decisão não podem passar ao largo. Antevendo os possíveis impactos - sejam relacionados aos desligamentos sem justa causa já consumados, sejam aos desligamentos futuros à luz da vigência da convenção incorporada ao ordenamento jurídico por força da nulidade do ato que a denunciou - o STF, caso entenda que é necessária a participação do Congresso Nacional no ato de denúncia do tratado internacional, deverá aplicar a modulação dos efeitos

da decisão de inconstitucionalidade, mantendo válido o Decreto nº 2.100/1996, mas fixando a tese de imprescindibilidade da aprovação do Congresso em denúncias de convenções internacionais futuras.

Com isso poderá ser estabelecida a segurança jurídica, garantindo aos investidores e às empresas, um cenário mais previsível, razoável e estável, de forma que, eventual futura ratificação da Convenção 158 da OIT seja precedida de amplo debate e análise de seus impactos com toda a sociedade. Ana Paula Oriola de Raeffray é advogada, doutora em Direito pela PUC-SP, vice-presidente do Instituto de **Previdência Complementar** e Saúde Suplementar (IPCOM), membro da Academia Brasileira de Direito da **Seguridade Social** e sócia do escritório Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187447?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187447?page=2§ion=4)**

Na mira, servidores golpistas

Ed Alves/CB/D.A Press



Atos em 8 de janeiro: AGU e Gestão pedem que a CGU analise eventual afastamento cautelar de servidores

HENRIQUE LESSA

Servidores públicos identificados nos atos antidemocráticos e nos ataques contra a sede dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro, devem responder a processo administrativo disciplinar e podem, inclusive, ser afastados de suas atividades. É o que pede o documento interministerial da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, encaminhado, ontem, ao ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho. A solicitação é de imediata instauração de processos administrativos e disciplinares contra os servidores.

AGU e Gestão pedem que a CGU analise a necessidade do afastamento cautelar dos funcionários públicos. "Assim, solicitamos, além da imediata instauração de processo administrativo disciplinar em face de servidores que já tenham sido eventualmente identificados, que seja analisada a viabilidade de afastamento provisório cautelar, a fim de se resguardar a higidez das apurações, bem como preservar a reparação ao patrimônio público", diz o documento assinado pelo ministro Jorge Messias, da AGU, e Esther Dweck, da Gestão.

No pedido, as pastas lembram que a participação de servidores nos referidos atos já está sob análise da CGU, mas reforçam ser "inadmissível a participação de **servidores públicos** federais em atos de vandalismo e depredação de patrimônio público em manifestação violenta inconstitucional que prega a supressão do Estado Democrático de Direito".

O documento deixa clara a possibilidade de demissão desses servidores. "Caso confirmada a participação, resta necessário apurar a provável inaptidão e

despreparo para o exercício da função pública, além da evidente periculosidade dos agentes, que desdenham por completo o regular funcionamento das instituições, a justificar maior cautela na apuração dos fatos", diz um trecho da solicitação.

Até mesmo estagiários do poder público, empregados terceirizados e servidores dos estados e do Distrito Federal estão na mira do pedido. No texto é solicitado que a CGU avalie os encaminhamentos possíveis de serem tomados contra esses trabalhadores que eventualmente sejam identificados como participantes dos ataques.

Infrações

Segundo uma nota divulgada pela AGU, em sua análise preliminar, a participação desses servidores nos atos representa infração disciplinar prevista na Lei nº 8.112/90. Conforme o **comunicado**, esses funcionários violaram o dever de lealdade para com as instituições (art. 116, II), o dever de zelo para com a conservação do patrimônio público (art. 116, VI) e o dever de manutenção de conduta compatível com a moralidade pública (art. 116, IX).

"Além disso, AGU e Ministério da Gestão lembram que danos ao patrimônio público configuram crime qualificado contra a administração pública (art. 163, parágrafo único, II, do Código Penal), passível da aplicação de penalidade de demissão" destaca a nota do órgão.

Justiça bloqueia bens de mais 40 presos por depredação

MARIANA MUNIZ mariana.muniz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Justiça Federal atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e determinou o bloqueio de bens de mais 40 presos em flagrante por depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Agora são 92 pessoas e sete empresas com o patrimônio bloqueado por suspeita de financiar ou participar dos atos antidemocráticos.

A decisão foi dada no âmbito da segunda ação cautelar movida pela AGU para garantir o ressarcimento aos cofres públicos em caso de posterior condenação dos envolvidos.

Na decisão que acolheu o pedido de bloqueio contra os detidos em flagrante durante os atos antidemocráticos, o Juiz Federal Francisco Alexandre Ribeiro observou que a União juntou ao processo cópias dos autos de prisão e reconheceu existirem "fortes indícios, portanto, de que os referidos réus tenham participado dos atos e das manifestações antidemocráticas que culminaram na invasão e na depredação multitudinária das sedes oficiais dos Três Poderes da República".

Ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou mais 225 acusados de envolvimento na manifestação que terminou com a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao todo, a PGR apresentou denúncia contra 479 pessoas.

Os denunciados nesta leva mais recente foram presos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. Eles foram acusados de associação criminosa e incitação ao crime.

PUNIÇÃO A SERVIDORES

Em outra frente, a AGU e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos encaminharam à Controladoria-Geral da União (CGU) um pedido para solicitar a imediata instauração de processo administrativo disciplinar contra servidores federais que tenham participado dos atos golpistas de 8 de janeiro.

No documento, AGU e Ministério da Gestão dizem ser

"inadmissível a participação de **servidores públicos** federais em atos de vandalismo e depredação de patrimônio público em manifestação violenta inconstitucional que prega a supressão do Estado democrático de Direito".

No documento, os dois órgãos pedem que a CGU analise a necessidade de afastamento cautelar dos servidores cuja participação nos atos tenha sido confirmada, uma vez que, "além da evidente periculosidade dos agentes, que desdenham por completo o regular funcionamento das instituições", os envolvidos podem, "no exercício de suas atribuições diárias, se utilizar de sistemas e de meios postos à disposição de **servidores públicos** para embaraçar as investigações".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Marinho está ligado ao que há de pior do governo Bolsonaro"



Kelly Hekally Especial para o Correio

Um dos principais estrategistas da campanha de recondução de Rodrigo Pacheco (PSD- MG) à presidência do Senado, na eleição que ocorre amanhã, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) usa a habilidade de quem já foi quatro vezes chefe do Congresso para levar o político eleito por Minas Gerais novamente ao posto mais importante do Parlamento.

Pacheco vai para o confronto com Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (Podemos-RN).

Em entrevista em seu gabinete, ontem, Calheiros afirmou ao Correio que sua expectativa é de 55 votos a favor de Pacheco. Ele desenhou o papel institucional que o MDB tem na 57ª legislatura, fez elogios à candidatura à Presidência da República de sua correligionária Simone Tebet, hoje ministra do Planejamento e teceu críticas a seu arquirrival Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, que está na iminência de recondução ao cargo. "Torço para que o Arthur Lira de agora seja completamente diferente daquele Arthur Lira de então, parceiro de Bolsonaro, conspirando contra o Estado Democrático de Direito", disparou. A seguir, os principais trechos da entrevista: O senhor está trabalhando com afinco pela recondução de Pacheco. Por quê?

Estou ajudando, e o MDB está dedicado. Ele é franco favorito, e isso é bom. Espero que esse Senado mais pacificado tenha na reeleição do Rodrigo um momento para avançar.

Essa pacificação é o que está pautando a eleição da Casa neste ano?

Acho que precisamos ter uma pauta do Legislativo que não conflite com a do Executivo, mas uma pauta em que o Legislativo também tenha rumos com relação ao aprimoramento institucional e às prioridades da economia, como a **reforma tributária**.

Na semana passada, o senhor falou em 50 votos para Pacheco.

Mantém esse número?

A expectativa é de que o Rodrigo tenha 55 votos, um pouco mais ou um pouco menos. Acredito que terá em torno de cinco votos do PL, três ou dois do PP, de maneira com os demais que ele já tem chega facilmente a 55 votos. Pode ser 57, 53. Estava havendo um probleminha no PSD, mas acho que já foi resolvido.

Sempre tem gente querendo cavar espaço. O MDB está apoiando porque tem muito a questão democrática e institucional envolvida nesta eleição. Temos o vice- presidente, e seria muito importante se ele se mantivesse. Há postulação de outros partidos, mas é natural.

O senhor, inclusive, defende o chamado princípio da recondução natural. O que seria?

É um princípio mais amplo, o da recondução natural. A reeleição é mais ampla que uma eleição. O (Davi) Alcolumbre, por exemplo, está dentro do princípio da reeleição. Não estamos postulando nada. Queremos agregar. A reeleição do Rodrigo não é a eleição do Rodrigo puramente. É a eleição majoritariamente das pessoas que ocupam cargos da correlação de forças que estava governando na prática.

Na Câmara, porém, não funciona assim...

Tivemos uma distorção muito grande da representação parlamentar com o orçamento secreto. Então, o que estamos vendo nas Casas são resquícios do que aconteceu com relação à transformação do orçamento, que deveria ser público, em privado.

Ainda vamos experimentar esse dissabor um período

pela frente.

Ou seja: o senhor defende que a composição anterior do Senado é importante. Por quê?

Acho que o Marinho está muito ligado ao que há de pior do governo Bolsonaro, em que pese o respeito que tenho por todos os senadores eleitos, mas acredito que a candidatura dele é uma candidatura errada no momento errado.

Esclareça, por favor.

Pela proximidade com o governo anterior, marcado, sobretudo, por mentiras, ódio, negacionismo, genocídio, tentativa de golpe recentemente.

Acredita que a base do presidente Lula precisa tentar "enterrar" o governo Bolsonaro?

Acho que Bolsonaro precisa ser investigado. Essas investigações precisam ter continuação.

Defendo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para que, a exemplo do que Judiciário e Executivo vêm fazendo, o Legislativo faça sua parte.

Mas o presidente Lula e nomes do governo já declararam não ser um bom momento para CPI...

Vou conversar com todo mundo, inclusive com o presidente Lula. Porém, acho que a melhor maneira de garantir uma audiência para esse golpe que não pode voltar a acontecer é por meio de uma CPI.

Há por parte de Marinho, também, a vontade de instalar uma CPI para o 8 de janeiro. Esse confronto de vontades acabaria como no ano passado, com a CPI do MEC, que não foi para frente?

Ano passado era uma circunstância nova, porque todos estávamos em período eleitoral.

Não é comum fazer uma CPI no período eleitoral. Mas nada grave pode ficar sem investigação.

Uma CPI é instrumento de minoria congressional. O senhor agora é base. Como fica?

Uma CPI será sempre um instrumento das minorias. O risco potencialmente se dá quando um fato grande não vai ser suficientemente investigado por uma comissão especial. Podemos ter o risco de que a minoria que tem direito à instalação de uma CPI possa ter esse direito assegurado por uma investigação.

O que tem de pauta para este ano no Senado?

Reforma tributária precisa andar. É a primeira vez que temos um governo decididamente comprometido com ela. Precisa ser resolvida neste primeiro semestre.

A âncora fiscal também é uma demanda urgente. É preciso fazer essa substituição do teto de gastos por uma âncora que leve em consideração o superavit e o endividamento. Acredito que essa pauta também vá caminhar bem. O governo está se colocando.

O Orçamento já foi parcialmente refeito, e o governo está trabalhando para se consolidar e retomar os investimentos, como a habitação popular.

Tem alguma crítica ao governo Lula até o momento?

Acho que o presidente Lula fez o desenho recomendável para a coalizão e que, a partir de agora, isso vai ser executado pelos partidos, pelos blocos. Sou otimista com relação às perspectivas e quero colaborar para que isso aconteça.

O senhor se reuniu, semana passada, com Pacheco, Alcolumbre, Eduardo Braga.

Encontrou-se no domingo novamente. O que precisa ser azeitado com os mesmos senadores?

É natural que nestes momentos a gente converse mais. Estávamos todos desmobilizados, nos estados. Voltamos a Brasília.

Então, é importante conversar para mantermos uma direção.

O senhor e Arthur Lira são incontestáveis opositores. Como lê essa continuação dele na presidência da Câmara?

Acho que o orçamento secreto cumpriu um papel importante na formação de uma casta de dirigentes no Congresso Nacional, mas não é somente isso. Torço para que o Arthur Lira de agora seja completamente diferente daquele Arthur Lira de então, parceiro de Bolsonaro, conspirando contra o Estado Democrático de Direito. Espero que ele seja o oposto de tudo isso a partir de agora.

As eleições de 2024 estão na discussão da presidência do Senado?

Acho que não. A partir de agora, com o fim do orçamento secreto, vamos ter de volta à política como ela sempre foi. Acho que as próximas eleições ocorrerão num novo cenário, com o orçamento público com parlamentares igualitários na representação, na

atração de investimentos para seus estados. Vamos ter essas regras novamente.

Muito se falou, em 2022, que a candidatura à Presidência da então senadora Simone Tebet simbolizava, também, um novo olhar para o MDB.

Uma reconstrução do partido.

Concorda com essa visão?

A candidatura dela cumpriu um papel no primeiro turno, com debates e encaminhamentos de algumas propostas, e esse papel foi reafirmado no segundo turno, no apoio à candidatura do presidente Lula. Acho que o MDB, que continua a ser um dos maiores partidos do Brasil, tem que antever uma posição clara com relação ao seu futuro, em que todos devemos colaborar. Mas o papel da Simone é importante também.

Pacheco é favorito, mas como será para o senhor e seu grupo se Marinho vencer?

Acho que o favoritismo do Rodrigo é indiscutível. Não vejo risco algum com relação à possibilidade de vitória de Marinho.

Torço para que o Arthur Lira de agora seja completamente diferente daquele Arthur Lira de então, parceiro de Bolsonaro, conspirando contra o Estado Democrático de Direito" "**Reforma tributária** precisa andar. É a primeira vez que temos um governo decididamente comprometido com ela. Precisa ser resolvida neste primeiro semestre.

A âncora fiscal também é uma demanda urgente"

Reformas terão ritmo intenso, diz Haddad



Fernando Haddad, ao lado do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva (D): reindustrialização com transição energética também está na pauta

Michelle Portela

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que as reformas terão "alta intensidade" no novo governo, e disse perceber receptividade às propostas voltadas às três agendas prioritárias: fiscal, crédito e regulatória, tanto na Câmara quanto no Senado. "Não vejo intenção de postergar aquilo que precisa ser discutido", declarou, durante encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo Haddad, a **reforma tributária** vai avançar em duas etapas, sendo que a primeira delas terá foco nos **impostos** sobre consumo, como ICMS, IPI e ISS. Propostas em tramitação no Congresso tratam da unificação desses **tributos** no IVA? Imposto sobre Valor Agregado. "Vamos discutir a **reforma tributária** em duas etapas. Na primeira, vamos tratar dos **impostos** sobre consumo sem mexer no Simples", disse, ao participar da reunião de diretoria da Fiesp. E acrescentou: "Eu imagino que, no segundo semestre, com tudo dando certo no primeiro, poderemos endereçar outros assuntos". Segundo o ministro, a **reforma tributária** tem o apoio dos 27 governadores.

A reformulação do sistema de **impostos** também é uma reivindicação da indústria. Na reunião, o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, reclamou que a indústria deixou de ser a impulsionadora do desenvolvimento nacional, por conta das condições "inóspitas" para o setor, e criticou a alta carga tributária no Brasil. "A estrutura tributária puniu a produção industrial no país", sentenciou.

O ministro informou, ainda, que vem discutindo com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, medidas para democratizar o crédito e melhorar o

ambiente de negócios no país, diante da "trava" representada pelo aumento da Selic (taxa básica de juros). "A Selic é uma trava para todos nós e para a democratização do crédito, mas sabemos do potencial que isso teria na economia brasileira", declarou.

Haddad afirmou que se comprometeu a levantar, nos próximos 15 dias, todas as iniciativas de crédito do Banco Central que estão paradas no Executivo. A ideia é, até março, encaminhar tudo para a Casa Civil, e, na sequência, ao Congresso. "A informação que recebi é de que várias iniciativas ficaram pelo caminho por questões formais", ressaltou.

Arcabouço fiscal

O titular da Fazenda preferiu não se antecipar sobre o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos. Segundo ele, o ministério está consultando pessoas, colhendo estudos internacionais de vários organismos. Posteriormente, a proposta será levada para discussão com os demais ministérios. "Se eu me anticipo, prejudico esse protocolo", afirmou.

Segundo Haddad, todos os interlocutores com quem discute o assunto reconhecem a necessidade de substituir o teto de gastos por uma regra mais crível e sustentável a longo prazo. "O diagnóstico entre economistas, para mim, está pacificado", comentou.

Para o professor dos cursos de MBA da Fundação Getúlio Vargas, Mauro Rochlin, "com o fim da regra de teto de gastos, alguma coisa deverá ser colocada no lugar porque o mercado espera que haja disciplina fiscal para que o risco Brasil seja reduzido e, com isso, haja uma queda mais consistente na taxa de juros".

Quanto à política de crédito, o pesquisador diz que não deveria haver maior pressão sobre o Banco Central, em termos de taxa Selic. "Acho que o BC vem cumprindo o seu papel para que a gente possa ver, mais adiante, um ciclo de queda da taxa Selic. Exatamente, uma política fiscal crível e que promova a redução do endividamento no país", frisou.

Ao defender investimentos em Ciência e Tecnologia, Haddad disse aos empresários que o governo montou uma equipe para executar um plano de transição energética com foco na reindustrialização, citando o interesse do mundo no gás produzido no Brasil, e que avalia positivamente o estímulo à mudança da matriz energética. "O Brasil é o país mais bem posicionado para produzir hidrogênio verde, energia eólica e solar."

(Com Agência Estado)

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Reformas previstas pelo governo terão ritmo intenso, diz Haddad

Fiesp dá "senha" para a reforma fiscal andar



ROVENA ROSA/AGENCIA BRASIL
O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galipolo, o ministro Fernando Haddad e o presidente da Fiesp, Josué Gomes, durante reunião na entidade

Fernanda Brigatti

O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, ouviu, na manhã de ontem, na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), um pedido de que a **reforma tributária** que o governo quer aprovar neste ano tenha tributação menor sobre a indústria de transformação. "Aplaudimos a neutralidade da reforma, mas, se o senhor abrir mão um pouco em um primeiro momento da arrecadação na indústria de transformação, o senhor vai ganhar logo na frente", disse Josué Gomes, presidente da entidade paulista.

"Agente tem que reconhecer isso. A **reforma tributária** não foi ainda aprovada porque dentro do próprio setor privado não há tanto consenso sobre ela", afirmou. "Para conseguir uma reforma coesa, não tenho dúvidas de que, se o senhor pensar um pouco e decidir baixar as alíquotas da indústria de transformação, o senhor poderá obter sucesso, e a indústria vai trazer em dobro qualquer potencial perda inicial de arrecadação."

Josué apresentou também ao ministro duas sugestões que, segundo ele, podem ser adotadas imediatamente enquanto se discute, no Congresso Nacional, a **reforma tributária**. A primeira se refere à depreciação dos investimentos feitos na indústria de transformação, que, segundo ele, geraria mudança no fluxo de caixa do governo, mas não de arrecadação. A segunda é atacar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Há alguns dias, também na Fiesp, o vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, disse que a meta do governo é acabar com o IPI. A possibilidade de revogação do corte de 35% do IPI

colocou setores da indústria e do setor de serviços em alerta, uma vez que isso chegou a ser colocado no pacote fiscal anunciado pela Fazenda.

Haddad voltou a dizer ontem que a reforma será feita em duas etapas e defendeu que há condições para aprovar as mudanças. "Todo mundo me assegura que havia possibilidade de a provar no ano passado", disse. Segundo o ministro da Fazenda, o pacote de mudanças nas regras tributárias não teria avançado no Congresso Nacional somente pela insistência de seu antecessor, Paulo Guedes, em incluir um novo tributo nos moldes da extinta CPMF.

Ainda ontem, Haddad esteve em uma reunião com Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central. Segundo o ministro, o BC deverá retomar projetos que estavam parados e que deverão melhorar o ambiente de crédito no Brasil. U ma dessas medidas, que devem entrar em vigor ainda neste ano, seria a concessão de crédito por meio do Pix, o sistema de operações financeiras instantâneas do Banco Central. "A notícia que eu recebi dele (Campos Neto) hoje é que várias iniciativas ficaram pelo caminho por questões formais", disse Haddad. Segundo ele, em 15 dias, todas essas propostas deverão ser reunidas e analisadas para que, até março, possam ser enviadas ao Congresso.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/31/01/2023/p1>

Alexandre Padilha PP, PL e Republicanos têm quadros que podem continuar no governo



Alexandre Padilha, 51

Médico, formado pela Unicamp. Foi ministro da SFI (Secretaria de Relações Institucionais) de Lula. Em 2011, assumiu o Ministério da Saúde na gestão Dilma Rousseff (PT) e implementou o programa Mais Médicos. Chefe da Secretaria Municipal de Saúde do então prefeito Fernando Haddad (PT-SP) de 2015 a 2016. Em 2018, venceu a eleição para deputado federal por São Paulo, cargo para o qual foi reeleito em 2022. Em janeiro deste ano, voltou para a SFI no novo governo Lula.

Julia Chaib e Thiago Resende

ENTREVISTA

Brasília Responsável pela articulação política, o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) diz que o governo Lula (PT) espera ampliar as alianças partidárias e, para isso, está aberto ao diálogo e não descarta indicações de cargos por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Já temos dez partidos e federações que indicaram pessoas, quadros, para compor esses ministérios. Acredito que nos próximos passos nós vamos ampliar o número de partidos", afirmou à Folha.

Padilha reforça que "acabou a época de metralhar oposição", em referência a frases do ex-presidente Bolsonaro. Diz que Lula vai dialogar com grupos políticos que estiveram ao lado do antecessor, como PP, Republicanos e até o PL.

"Eventualmente esses partidos têm quadros que fazem parte do governo e podem ser aproveitados, têm quadros que já compõem estruturas do governo e, se bem avaliados, podem continuar", acenou.

Às vésperas da eleição da cúpula do Congresso, ele garantiu que o PT, com apoio de Lula, apoia a permanência dos favoritos de Arthur Lira (PP--AL) na presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (PSD--MG) no comando do Senado.

Segundo ele, a **reforma tributária** e a aprovação do novo marco fiscal são as prioridades nas votações do Congresso neste primeiro semestre.

* Como o governo vai agir diante dos atos de 8 de janeiro? Há expectativa de novas mudanças? A decisão do presidente Lula de fazer uma intervenção federal restrita à segurança pública do Governo do Distrito Federal, para que a gente pudesse tomar o controle sobre a PM, as tropas de segurança do DF, foi decisiva e cirúrgica para estancar um golpe que estava sendo orquestrado.

Nós vivemos no 8 de janeiro, de um lado, um ato terrorista, um risco orquestrado de golpe. E, ao mesmo tempo, uma demonstração de que, quando estamos unidos e colocamos as instituições para funcionar, é possível fortalecer a democracia no país. Recuperarmos a estabilidade institucional.

O presidente disse que não foi decretada a GLO [Garantia da Lei e da Ordem] porque havia temor de que se efetivasse o golpe. Esse risco se mantém, mesmo com as trocas no Exército? Se necessário, ela será usada? A intervenção federal restrita à área de segurança foi feita porque era o melhor instrumento para conter o desmonte da atuação da Segurança Pública do DF. Foram descumpridos protocolos pré-definidos. A GLO, que está prevista na Constituição, não era o mecanismo correto para aquele momento, mas pode ser o melhor instrumento para outras realidades.

Hoje o presidente Lula confia no Exército e em militares que estavam aqui, GSI, toda a segurança do Planalto? Nunca teve, por parte do presidente Lula, desconfiança generalizada em relação às Forças Armadas, em relação ao Exército. Temos é um diagnóstico claro de que um conjunto de instituições, sejam militares ou sejam civis, infelizmente, foi contaminado pela lógica golpista antidemocrática do que vivemos nos últimos quatro anos. Cabe às instituições brasileiras apurar e punir aqueles que foram negligentes na defesa da democracia.

Qual é a base do presidente Lula no Congresso? O presidente Lula terá uma relação muito respeitosa, uma base ampla, não só de defesa do governo, mas principalmente de debate dos projetos. Quais são as prioridades do governo para o próximo ano, para este

primeiro semestre? É o debate da **reforma tributária** e o debate do marco fiscal no país. Temos uma âncora fiscal sólida, previsível, que dê segurança para quem quer investir no país e que ultrapasse o governo. Não são temas de governo e oposição.

Isso significa procurar integrantes do PL, que é o partido do Bolsonaro? Desde que fui anunciado ministro, tenho procurado conversar com todos, inclusive a oposição.

Por que ainda não saiu grande parte das nomeações de segundo e terceiro escalão? Quando elas vão ocorrer? Há um processo de avaliação das pessoas, de diálogo com segmentos econômicos, sociais, com partidos. Nós recriamos ministérios sem aumentar custos, foi remanejamento dos cargos, que terminou agora. Então vamos começara poder fazer as nomeações. É o tempo de um de um governo que está sendo reestruturado. Partidos que não indicaram para o primeiro escalão podem indicar para o segundo escalão? Com certeza, estamos abertos, dialogando permanentemente com isso.

Quais partidos? Partidos que apoiaram o presidente Lula na eleição no segundo turno. Eventuais partidos que não apoiaram, mas que estão sinalizando o interesse de participar do governo. Já temos dez partidos e federações que indicaram pessoas quadros para compor esses ministérios. Acredito que nos próximos passos nós vamos ampliar números de partidos.

E tem partidos que se declararam de oposição ou independente. Nós respeitamos isso. Por mais que nós queiramos construir uma relação muito positiva com o PL, que é do presidente que saiu [Bolsonaro], eu absolutamente compreendo que não tenha interesse em indicar quadros para o governo. A era de que um presidente da República diz que vai fuzilar oposição acabou. Acabou essa época de metralhar oposição.

E a ala lulista dos partidos que eram mais próximos de Bolsonaro? PP, PL e Republicanos são partidos que estavam no núcleo do governo que saiu. Respeito plenamente a posição deles de estarem agora fora do governo, mas estamos absolutamente abertos para o diálogo sobre temas que são do interesse do país. E eventualmente esses partidos têm quadros que fazem parte do governo e que podem ser aproveitados, têm quadros que já compõem estruturas do governo e, se bem avaliados, podem continuar.

O senhor conversou recentemente com os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do PP, Ciro Nogueira? São pessoas com as quais eu sempre conversei, antes, depois e durante [as eleições]. Já tivemos

conversas presenciais, outras por telefone. Converso permanentemente com todas as lideranças, inclusive dos partidos de oposição. E vamos continuar conversando.

Se partidos como PP e Republicanos pedirem espaço no primeiro escalão como condição para aderir ao governo, isso será atendido? Tem que ver o que se fala sobre isso. Quando você monta um governo, ele tem que estar sempre aberto a dialogar.

Mas o governo está aberto para uma **reforma ministerial** para acomodar mais partidos? A gente acabou de começar o governo. Nós estamos felizes com os ministros e ministras que estão no governo. Governo não é corrida de too metros. Governo é maratona.

A União Brasil indicou a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, que, como mostrou a Folha, tem relações políticas com milicianos. Além disso, o partido quer mais espaço no segundo escalão (FNDE, Banco do Nordeste, Codevasf, Dnocs e outros). Quanto esse partido vai entregar de votos em relação ao espaço da sigla? Primeiro, eu quero afirmar que nada do que foi publicado, até este momento, desabona ela para ser ministra do Turismo. Segundo, não é só União Brasil. Todos os partidos, inclusive o PT, querem poder indicar mais quadros políticos e técnicos. É natural A relação com o Congresso nós vamos conduzindo ao longo das votações.

Partidos que não entregarem votos podem perder espaço? A avaliação de quem está no governo é uma, se estão cumprindo com as expectativas do presidente e do governo em relação às políticas públicas. E temos outros instrumentos de avaliação na relação com o Congresso.

Mas quantos votos o governo têm hoje no Congresso? As questões cruciais que vamos votar no Congresso Nacional são temas que envolvem partidos da base e da oposição.

Que papel as emendas parlamentares terão no novo governo Lula? O papel das emendas para mim é permitir que cada parlamentar possa colaborar para resolver os problemas da população. A governabilidade se consolida com o diálogo com o Congresso, governadores e prefeitos, e com a sociedade através da recriação do Conselho.

Qual será a relação do governo com os futuros presidentes da Câmara e do Senado? Não existirá por parte do governo federal qualquer atitude de intervenção no debate interno da Câmara e do Senado na eleição da presidência. O PT já declarou apoio ao Lira e ao Rodrigo Pacheco e o PT vai cumprir com

aquilo que declarou. O PT honra com seus compromissos. A relação será a melhor possível de muito respeito institucional. Como já foi na transição, quando ambos ajudaram na PEC.

Lira ficou fortalecido no governo Bolsonaro. Alguns diziam que ele era uma espécie de primeiro-ministro. O governo quer mudar essa relação? Lira e [Rodrigo] Maia tiveram postura de presidentes da Câmara. Acredito que Lira e Pacheco, se reeleitos, terão com o governo e com este ministério [Relações Institucionais] a relação institucional que cabe a eles.

Acho que o fortalecimento da atuação deles se dará pelo respeito que terão do presidente Lula e do governo nessa relação. Tanto Lira e Pacheco, como qualquer outro presidente que venha a acontecer nesses quatro anos, porque teremos outro biênio, estarão fortalecidos porque terão do governo uma relação de profundo respeito institucional.

Opositores de Lula dizem que o governo retomou o toma lá dá cá, por ter negociado cargos no Executivo. Há receio de que os cargos sejam usados em benefício próprio e haja casos corrupção? No mundo inteiro, em países democráticos, os governos são montados ouvindo os partidos, segmentos sociais e econômicos, buscando quadros indicados por essas instituições e por esses movimentos.

O que fortalece as instituições de combate a corrupção é a Polícia Federal voltar a ter autonomia, e não o delegado ser trocado porque vai investigar algum membro da família do presidente, como aconteceu no governo anterior. É a CGU voltar a ter status de ministério, poder falar de igual para igual, com ministros e ministras e com outras esferas da administração pública federal.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50173&maxTouch=10&_ga=2.36814816.1957298370.1675151526-1178689839.1662718364&anchor=6472149&pd=d5f70216931f1e2d0984427e74d2f641



Um conjunto de instituições, sejam militares ou sejam civis, infelizmente, foi contaminado pela lógica golpista antidemocrática do que vivemos nos últimos quatro anos. Cabe às instituições brasileiras apurar e punir aqueles que foram negligentes na defesa da democracia

Respeito plenamente a posição deles [PP, PL e Republicanos] de estarem agora fora do governo, mas estamos absolutamente abertos para o diálogo sobre temas que são do interesse do país

O PT já declarou apoio ao [Arthur] Lira e ao Rodrigo Pacheco, e o PT vai cumprir com aquilo que declarou. O PT honra com seus compromissos. A relação será a melhor possível, de muito respeito institucional

Imposto menor ajuda a aprovar reforma, diz Fiesp a Haddad



Em reunião da diretoria da Fiesp nesta segunda (30), o presidente Josué Gomes da Silva (dir.) pediu ao ministro da Fazenda que a **reforma tributária** que o governo quer aprovar neste ano tenha tributação menor sobre a indústria de transformação. "Se o senhor abrir mão um pouco em um primeiro momento, abrir mão da arrecadação na indústria de transformação, o senhor vai ganhar logo na frente", disse. "A **reforma tributária** não foi ainda aprovada porque dentro do próprio setor privado não há tanto consenso sobre ela", prosseguiu. "Se o senhor pensar um pouco e decidir baixar as alíquotas da indústria de transformação, o poderá obter sucesso, e a indústria vai trazer em dobro qualquer potencial perda inicial de arrecadação." Haddad repetiu que a reforma será feita em duas etapas e há condições para aprová-la. Segundo ele, o pacote de mudanças tributárias não avançou no Congresso Nacional somente pela insistência de seu antecessor, Paulo Guedes, em incluir um novo tributo nos moldes da extinta CPMF.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50173>

Governo espera eleição no Congresso para definir passos de reforma tributária

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Favorito à reeleição para o comando da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) já sinalizou que vai apoiar a **reforma tributária** para ser a marca da sua gestão, mas prefeitos das capitais e representantes dos setores mais resistentes à proposta querem negociar com o governo antes de a tramitação ser retomada no Congresso. A reforma é a agenda número 1 da equipe econômica no Congresso.

O governo já intensificou o diálogo com os Estados.

Há uma preocupação com a pressa do governo em aprovar a reforma ainda no primeiro semestre espremer o espaço para o diálogo. Um dos riscos é de a proposta ir direto para o plenário, como já aconteceu na votação recente de Propostas de emenda à Constituição (PECs).

A equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já foi alertada para a necessidade de chamar logo para conversar os grupos de maior resistência, para não fomentar o crescimento de um movimento antirreforma.

Os detalhes do caminho da tramitação da proposta só vão sair depois da votação das presidências e das mesas diretoras da Câmara e do Senado, prevista para amanhã. A preocupação é maior no caso do Senado, onde Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro do governo Bolsonaro, disputa o cargo contra o atual presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A definição das prioridades da agenda econômica e as relatorias dos principais projetos fazem parte também dos acordos de apoio na eleição de amanhã.

Um desses pontos é de onde a tramitação será retomada: pelo Senado ou pela Câmara.

Um grupo de trabalho poderá ser criado pelo presidente da Câmara para discutir os pontos mais sensíveis. Lira prefere que a reforma seja retomada pela Câmara, onde está a PEC 45, de autoria do presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), e que teve como relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB).

Ribeiro teve reuniões com o time de Haddad e é candidato a ficar com a relatoria.

Já o relatório da PEC 110, que tramita no Senado, é resultado de um amadurecimento da PEC 45 e tem apoio dos Estados.

Até o momento, a maior chance é de que a tramitação seja feita pela Câmara, com um texto que misture os pontos das duas propostas.

ARRECADAÇÃO.

Presidente do Fórum dos Secretários de Fazenda e Finanças das grandes e médias cidades, Giovanna Vítter destacou que as grandes cidades apoiam a **reforma tributária** e reconhecem sua importância para o crescimento da economia do País, mas há preocupação com possíveis choques na arrecadação. "As cidades possuem compromissos constitucionais com a manutenção do ensino fundamental, da atenção básica da saúde e assistência social, além de toda zeladoria e manutenção das cidades", disse ela, que é secretária da Fazenda de Salvador.

No campo da negociação política, João Hummel, diretor da consultoria Action Relações Governamentais, disse que o governo vai ter de sentar à mesa com os setores do agronegócio e de serviços, mas ponderou que há espaço de negociação para um acordo. "É uma necessidade.

A única pauta para dar visibilidade em pouco espaço de tempo é a **reforma tributária** e já está madura", avaliou.

"É uma necessidade.

A única pauta para dar visibilidade é a **reforma tributária** e (ela) já está madura" João Hummel Action Relações Governamentais

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira defende aprovação da reforma tributária e colegiado com Estados

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem defendido, em reuniões com parlamentares, que a aprovação da **reforma tributária** será uma das prioridades de sua gestão caso seja reconduzido ao principal posto da Mesa Diretora da Casa. Em um gesto a Estados e municípios, Lira tem indicado que criará uma ferramenta para entender as demandas locais.

Também tem demonstrado disposição em esgotar o diálogo sobre propostas polêmicas para evitar que aprovações feitas no Poder Legislativo sejam encaminhadas para o Poder Judiciário.

Segundo apurou o Valor, as sinalizações foram feitas ao longo das reuniões que fez com bancadas estaduais durante a breve campanha pela recondução ao comando da Câmara.

Parlamentares que participaram dos encontros destacaram que, apesar de evitar dar detalhes sobre a tramitação, Lira reforçou sua disposição em apreciar o tema ainda neste ano.

A posição mostra um alinhamento do chefe do Legislativo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que indicou que o avanço da matéria deve ocorrer em 2023, se possível no primeiro semestre.

Poucos dias após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda iniciou as articulações políticas pela aprovação do texto. A reforma foi o principal assunto de um encontro na residência oficial da presidência da Câmara, que reuniu, além de Lira e Haddad, o secretário especial para **reforma tributária**, Bernard Appy, o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP), e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Baleia e Aguinaldo são, respectivamente, o autor e o relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê a unificação de cinco **impostos** (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) num único tributo, o IBS.

Durante a reunião, Lira sinalizou que trabalhará para que o projeto seja aprovado pelos parlamentares.

O aceno é visto com otimismo por integrantes do

governo, já que foi o presidente da Câmara quem travou o andamento do texto ainda em 2021.

A expectativa é que, com uma postura afinada entre integrantes da equipe econômica e da cúpula do Legislativo, o texto "tem tudo para sair do papel".

Ao longo da campanha, Lira sinalizou que pretende criar um colegiado de coordenadores de bancadas dos Estados para debater permanentemente questões federativas e prioridades.

A ideia, de acordo com aliados mais próximos, é promover uma nova relação do Legislativo com os entes federativos. Espera-se que as demandas dos governadores e prefeitos sejam ouvidas e atendidas na elaboração e aprovação de propostas.

A iniciativa é vista como um alinhamento em relação a postura de Lula, que já se reuniu com governadores na semana passada.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vivia em conflito com os chefes dos executivos estaduais.

O diálogo interno também tem sido defendido para evitar uma enxurrada de judicializações de projetos aprovados na Casa. A leitura é que, ao esgotar o debate sobre um texto, dificilmente um partido tentará derrubá-lo por meio de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187447>

Eleição para Câmara e Senado: como funciona, o que está em jogo, quais são os candidatos e quem apoia quem

Por *Elisa Clavery e Sara Resende, TV Globo - Brasília*

A Câmara dos Deputados e o Senado se preparam para a eleição desta quarta-feira (1º) que vai definir a composição da nova Mesa Diretora, responsável pelas funções administrativas no Parlamento.

Os principais cargos em disputa são os de presidente da Câmara e do Senado, que irão ditar os trabalhos nas duas Casas pelos próximos dois anos.

Favoritos na disputa, estão os atuais presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ambos articulam alianças partidárias, que envolvem a distribuição de funções na Mesa e dos comandos das comissões temáticas no Congresso.

Há, também, uma articulação em conjunto envolvendo as duas Casas. Parlamentares afirmam que o PL abriu mão de cargos de relevância na Câmara, como a 1ª vice-presidência, para conquistar apoio no Senado em favor de Rogério Marinho (PL-RN), principal adversário de Pacheco.

Apesar de seguirem movimentos semelhantes de acordos e articulações, as duas Casas têm regras diferentes para a eleição. Entenda abaixo como funciona cada uma.

Câmara

Até agora, apenas dois candidatos anunciaram oficialmente suas candidaturas:

Atual presidente da Câmara, Arthur Lira busca a reeleição. Nascido em Maceió (AL), tem 53 anos, é empresário, advogado e agropecuarista.

Nos dois anos de mandato como presidente da Casa, se mostrou um aliado de Jair Bolsonaro e fez campanha para o ex-presidente durante as eleições. Foi, no entanto, o primeiro chefe de Poder a reconhecer o resultado das urnas, que consagraram a vitória de Lula como presidente da República.

É também um dos principais nomes do Centrão e um

dos articuladores e defensores das emendas de relator, que ficaram conhecidas como orçamento secreto pela falta de transparência e disparidade na distribuição entre os parlamentares. Esses recursos foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado.

Chico Alencar foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro em 2020, cargo que deixará para ocupar seu quinto mandato como deputado federal a partir de 2023. Sua candidatura é uma tentativa do PSOL de marcar posição em contraponto a Lira.

Segundo Alencar, um Lira empoderado, com quase 500 votos, representaria um Centrão fortalecido como nunca, e uma chantagem permanente sobre Lula .

Natural do Rio de Janeiro, Chico tem 73 anos, é professor de história, mestre e doutorando em educação. O parlamentar já concorreu à presidência da Câmara dos Deputados em 2011, 2013 e 2015. Antes do PSOL, era filiado ao PT.

Senado

Rodrigo Pacheco tem 46 anos e nasceu em Porto Velho (RO), mas se mudou na infância para Minas Gerais, onde se formou em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG).

É advogado criminalista e fez parte da defesa de um ex-diretor do Banco Rural no julgamento do mensalão. Também ocupou cargos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em 2014, foi eleito deputado federal pelo MDB. Na Câmara, votou pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff; presidiu a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e esteve à frente do colegiado durante a análise de denúncias contra o ex-presidente Michel **Temer** (MDB).

Está no primeiro mandato como senador. Foi eleito presidente do Senado em 2021, com apoio de Davi Alcolumbre (União-AP), que o antecedeu no cargo.

Pacheco tentou manter posição de neutralidade

durante o governo de Jair Bolsonaro. No início da gestão, dialogava com frequência com Bolsonaro.

O mineiro foi se distanciando do bolsonarismo à medida em que as ameaças golpistas se intensificaram. O presidente do Senado sempre se posicionou favorável às instituições democráticas, à legitimidade das urnas e da Justiça Eleitoral.

Rogério Simonetti Marinho tem 58 anos, é economista e professor. Foi ministro do Desenvolvimento Regional entre 2020 e 2022, no governo Jair Bolsonaro.

Entre 2019 e 2020 atuou como secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na gestão Michel **Temer** (MDB). Foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte por três mandatos.

Em 2022, foi eleito para oito anos de mandato no Senado. É o candidato da oposição que conta com o apoio da ala bolsonarista do Congresso.

Em declarações recentes, ele afirmou que o Senado está sendo omisso diante dos outros Poderes, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF).

Marinho disse nesta segunda-feira (30) que levará em consideração as pautas do governo Lula:

Caso o presidente da República mande projetos relevantes e importantes para o Senado, eu não vou fazer o papel de obstruir. Não é o meu papel. Serei um presidente que vai levar em consideração sempre o bom funcionamento da Casa .

Eduardo Girão foi eleito para o primeiro mandato como senador em 2018, adota uma postura mais conservadora.

Apoiou a pauta bolsonarista ao realizar debates, no ano passado, questionando a legitimidade das pesquisas eleitorais e do resultado as eleições. Girão afirmou que se a disputa for para o segundo turno, vai apoiar Marinho.

Câmara

Favorito à reeleição, o atual presidente da Casa, Arthur Lira, conseguiu apoio de 20 partidos, que reúnem quase 500 deputados. Em meio às negociações, Lira articulou a formação de um bloco único, que reuniu o PT do presidente Lula e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Aliados apostam que Lira terá entre 430 e 450 votos. Se a previsão se concretizar, o atual presidente pode alcançar o recorde de votos de um presidente da Câmara .

Atualmente, o recorde pertence aos ex-presidentes João Paulo Cunha (PT), em 2003, e Ibsen Pinheiro (PMDB), em 1991. Ambos conquistaram 434 votos, mas eram candidatos únicos ao cargo.

Senado

O atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, é o favorito, pois até o momento reúne o maior número de votos.

Pacheco tem o apoio de senadores da base de apoio do governo Lula e de partidos de centro, enquanto Rogério Marinho, ex-ministro e aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), deverá contar com os votos da oposição.

Câmara

O atual presidente da Casa conseguiu o apoio de 20 partidos, que juntos têm 496 deputados. São eles: PL (99), PT/PV/PCdoB (80), União Brasil (59), PP (47), MDB (42), PSD (42), Republicanos (41), PSDB/Cidadania (18), PDT (17), PSB (14), Podemos (12), Avante (7), PSC (6), Patriota (4), Solidariedade (4), PROS (3), PTB (1).

O deputado tem o apoio da federação PSOL/Rede (14).

O Novo (3 parlamentares) ainda não declarou apoio a nenhum candidato, nem informou se terá candidatura própria.

Senado

O PT (9) e PDT (3), que somam 12 congressistas, já confirmaram estar do lado do presidente do Senado.

Também são da base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso e, por isso, formam aliança com Pacheco: MDB (10), PSB (2), Rede (1) e Cidadania (1). Com isso, os aliados do candidato à reeleição somam entre 50 e 55 votos.

Por outro lado, o PL (13), o PP (6) e o Republicanos (4) formaram um bloco para apoiar Marinho. Os três juntos concentram 23 votos.

Marinho aposta em traições dentro das bancadas. Ele está dizendo a aliados, nos bastidores, que conseguirá de três a quatro votos de cada um desses três partidos: PSD, MDB e União.

Fora do bloco de apoio, ao menos quatro senadores declararam apoio público a Marinho: Alan Rick (União-AC), Ivete da Silveira (MDB-SC), Dr Samuel Araújo

(PSD-RO) e Izalci Lucas (PSDB-DF).

Alessandro Vieira (PSDB-SE) sinalizou que pode também votar no candidato do PL.

O terceiro candidato da disputa, Eduardo Girão, afirmou que um eventual segundo turno, apoiará Marinho.

Câmara

Além da presidência da Câmara, serão definidos outros dez cargos na Mesa Diretora. A distribuição de vagas na Mesa é feita de acordo com o tamanho dos blocos ou partidos. Os cargos são:

O mandato dos cargos da Mesa vale por dois anos. Não é possível concorrer à reeleição do cargo na mesma legislatura - apenas se forem legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Senado

Na manhã de quinta-feira (2), deve ocorrer no plenário do Senado uma nova sessão para eleição dos demais cargos da Mesa.

Se houver consenso em relação a quais senadores ocuparão determinados cargos, uma chapa única é formada e aprovada. Se houver disputa para um cargo específico, candidaturas avulsas são colocadas e, assim como a eleição do presidente, ganha o mais votado.

Principais atribuições de cada integrante:

Todos os ocupantes desses cargos fazem parte da Comissão Diretora do Senado. A estrutura trata dos pedidos de representação contra parlamentares, da redação de projetos, além de examinar a tramitação das propostas.

Câmara

O tamanho das bancadas é levado em conta para a distribuição das 11 vagas na Mesa Diretora. Ou seja, partidos maiores têm direito a fazer as escolhas, que também passam por acordos internos.

Os próprios partidos devem escolher seus candidatos aos cargos, mas o regimento permite que qualquer deputado concorra ao cargo referente ao seu partido, de forma avulsa.

Até o momento, o acordo construído é para que:

Senado

Para distribuição dos cargos da Mesa deve ser assegurada tanto quanto possível a participação proporcional de acordo com tamanho das bancadas partidárias ou dos blocos. Não é uma regra obrigatória e não deverá ser cumprida na eleição deste ano.

As eleições são secretas na Câmara e no Senado, o que abre margem para traições. Mas as regras variam de acordo com as Casas.

Câmara

A eleição é feita por meio de sistema eletrônico. Para a votação dos deputados, doze cabines com computadores foram instaladas no Salão Verde e no plenário da Câmara.

O quórum mínimo de votação é de 257 deputados. Os parlamentares votam para todos os cargos da Mesa de uma vez.

Mas, em um primeiro momento, só é divulgado o resultado para o cargo de presidente. O presidente eleito, então, proclama o resultado dos demais cargos.

Senado

A eleição é feita por meio de cédulas de papel, inseridas em urna. A sessão da eleição só pode ser aberta com a presença de ao menos 14 senadores.

Antes da votação, senadores têm direito de pedir questões de ordem, com objetivo de tirar dúvidas em relação ao processo de deliberação.

Líderes indicam seus candidatos (ou esses se autodeclararam) e também os fiscais que vão acompanhar a contagem dos votos.

Pacheco deve presidir o início da sessão da eleição. Mas, para se declarar candidato, precisa ceder a presidência para outro integrante da Mesa. Nesse caso, o 1º vice-presidente, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), pode assumir.

Senadores são chamados um por um para votar, de acordo com a ordem de criação dos estados (dos mais antigos aos mais novos). E dentro de cada estado, os senadores seguirão a ordem de idade na votação (do mais velho ao mais jovem).

Câmara

Vence em primeiro turno o candidato que receber a maioria absoluta dos votos - e não da composição da Casa.

Por exemplo, se 400 deputados votarem, mesmo que

haja votos em branco, são necessários 201 votos para o candidato levar em primeiro turno. Essa regra vale para todos os cargos.

Se houver segundo turno, vence a eleição quem obtiver maioria simples dos votos, desde que haja quórum de 257 deputados. Nessa situação, se 500 votarem e houver, por exemplo, 100 votos em brancos, vence quem obtiver 201 votos.

Senado

Só vence em primeiro ou segundo turno o candidato que receber, no mínimo, 41 votos favoráveis - maioria absoluta da composição da Casa.

O acordo político para angariar votos é semelhante nas duas Casas e passa por promessas de distribuições de cargos tanto na Mesa Diretora, quanto nas presidências das comissões.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é a mais importante nas duas Casas, já que a maioria das propostas precisam tramitar por lá para avançar no Congresso.

Na Câmara, Lira construiu um acordo para que os quatro maiores partidos (PT, PL, União Brasil e MDB) revezem a presidência da CCJ.

Outra articulação diz respeito à Comissão Mista de Orçamento (CMO), vinculada ao Congresso. A cada ano, a presidência e a relatoria são revezadas entre um senador e um deputado.

Aliados de Lula afirmam que as funções não podem ser entregues à oposição. O União Brasil quer a relatoria do próximo ano.

Em outra frente, o acordo na Câmara também passa pela eleição do novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), que deve acontecer no dia 2 de fevereiro. Para acomodar o Republicanos, Lira defende o voto no deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR).

Os presidentes da Câmara e do Senado são responsáveis por ditar o andamento dos trabalhos no Congresso e pautar - ou não - projetos de interesse do governo.

O governo precisará da aliança com o Legislativo, por exemplo, para aprovar uma série de medidas provisórias, como a que recria o Bolsa Família no valor de R\$ 600, além de uma proposta de **reforma tributária**, que deve ser encaminhada ainda no primeiro semestre.

Temas como esses e outras promessas do Executivo vão precisar da boa vontade dos dois presidentes para tramitar nas Casas. Por esse motivo, o presidente Lula disse que o governo não iria interferir na eleição.

Além disso, o presidente da Câmara também é o responsável por aberturas de processos de impeachment, o que pode se tornar uma ferramenta de chantagem contra o presidente da República.

O PT carrega um trauma desde 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff (PT) apoiou a eleição de Arlindo Chinaglia (PT-SP) para a presidência da Câmara. O petista foi derrotado pelo deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), que meses depois decidiu abrir um processo de impeachment contra Dilma.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/31/eleicao-para-camara-e-senado-como-funciona-o-que-esta-em-jogo-quais-sao-os-candidatos-e-quem-apoia-quem.ghtml>

Paulo Guedes vai presidir conselho em São Paulo, diz Tarcísio

São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta segunda, 30, que o ex-ministro da Economia Paulo Guedes vai presidir um conselho que será criado em sua gestão. A gente vai ter três economistas de ponta. E Paulo Guedes não vai só fazer parte desse conselho, como vai presidir, disse o governador, sem detalhar qual será a função do grupo, durante entrevista à Rádio Jovem Pan.

Não vou abrir mão de uma pessoa tão talentosa e tão genial quanto Paulo Guedes, que enfrentou essa crise horrorosa e conseguiu fazer o Brasil sair do outro lado, afirmou. Ao menos cinco secretários de Tarcísio têm proximidade ou atuaram no Ministério da Economia sob Guedes. Questionado sobre a **reforma tributária** discutida em âmbito federal, o governador defendeu a unificação dos **impostos** federais sobre consumo (como PIS e Cofins) em uma primeira fase.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Paulo Guedes vai presidir conselho em São Paulo, diz Tarcísio

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/01/31/paulo-guedes-vai-presidir-conselho-em-sao-paulo-diz-tarcisio.htm>

Reformas em jogo (Editorial)

Quando insiste em criticar a autonomia do Banco Central e a responsabilidade orçamentária, temas críticos para a construção da credibilidade do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dificulta o já complexo trabalho de seu ministro da Fazenda.

Fernando Haddad, de fato, tem muito a fazer nos próximos meses. Anunciou que seu foco será a **reforma tributária**, em duas etapas, e a definição de uma nova regra fiscal que impeça o crescimento continuado da dívida pública. Essas devem ser as prioridades econômicas na volta dos trabalhos do Congresso.

A primeira parte da reforma diz respeito à simplificação da taxação de bens e serviços. O objetivo da proposta, já tentada outras vezes, é reunir os **impostos** indiretos de competência dos três níveis federativos numa única cobrança.

Ademais, a incidência seria no local de consumo, o que na prática significa o fim da guerra fiscal que já tanto exauriu estados e municípios. É inegável o potencial da mudança para gerar ganhos de produtividade e acelerar o crescimento.

A reforma sofre grande resistência de alguns setores e sempre haverá a dificuldade de tratar os pedidos de compensação dos entes regionais. No entanto, com o debate já avançado, o país tem agora a melhor oportunidade em décadas para um passo efetivo nessa área.

A outra prioridade de curto prazo é a definição da regra fiscal que substituirá o desgastado teto de gastos, afrontado na gestão de Jair Bolsonaro (PL) e na transição de governo com a PEC da Gastação.

Vista-se como quiser o problema, a realidade é inescapável: para estabilizar a dívida ao longo do tempo é necessário um ajuste equivalente a pelo menos 3% do **PIB** (cerca de R\$ 300 bilhões) nas receitas e despesas, de forma permanente.

Em vez de falar para a torcida petista, é bom que Lula vá a campo para negociar a proposta do governo entre os ganhadores e perdedores dessa que deveria ser a mais ampla reformulação orçamentária dos últimos anos.

Se as contas forem percebidas como inconsistentes pelo mercado, haverá elevação do risco de crédito do governo, e com ele subirão a **inflação** e os juros.

Na segunda metade do ano, entra a segunda etapa da **reforma tributária**, que versa sobre o Imposto de Renda e a tentativa de instituir a cobrança sobre dividendos.

Há um espinhoso debate pela frente, e se Lula insistir na má ideia de isentar da cobrança de IR quem ganha até R\$ 5.000 mensais, o rombo a ser coberto aumentará.

Os temas em pauta lidam com o âmago do conflito distributivo no país. Não será com discursos divisivos e passadistas que se conseguirá alinhamento na sociedade, e convencimento do Congresso.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50173&maxTouch=0&_ga=2.29937147.51606366.1675152344-1644899852.1665094077&anchor=6472140&pd=4e01981c86faa37a40a894b6e8bef001

Zerar desmatamento na Amazônia e no cerrado pode gerar ganho de R\$ 1,2 tri



Douglas Gavras são paulo

Zerar o desmatamento na Amazônia e no cerrado até 2030, como o Brasil se propõe a fazer, pode gerar um ganho de até US\$ 240 bilhões (R\$ 1,2 trilhão) para o **PIB** (Produto Interno Bruto) mundial.

Os cálculos são de Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas) e economista sênior da LCA Consultores, e consideram tanto o aumento da emissão de gases do efeito estufa em razão das queimadas quanto a redução da floresta, o que reduz a absorção de carbono.

Ele afirma que segue a lógica do CSC (Custo Social do Carbono). O cálculo envolve a estimativa dos impactos causados pelas mudanças climáticas, como danos causados à saúde humana e ao ambiente, e os custos para remediá-los.

Um menor aquecimento global, por exemplo, significaria desde menos gastos com energia para ar-condicionado até uma elevação menor do nível dos oceanos (que pode desvalorizar imóveis nas regiões litorâneas e até destruí-los) ou uma maior produtividade agrícola e do trabalho (neste último caso, por causa dos impactos sobre a saúde humana).

Segundo o economista, a queda do desmatamento nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a redução da emissão de gases de efeito estufa proporcionaram, em valores atuais, um ganho de US\$ 818 bilhões (R\$ 4,2 trilhões) para a economia mundial entre 2003 e 2011, na comparação com um cenário em que os resultados de 2002 fossem mantidos.

Em contrapartida, o aumento do desmatamento e suas consequências na alta de emissão de gases de efeito

estufa de 2019 a 2022, já durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), levaram a uma perda estimada em US\$ 201 bilhões (cerca de R\$ 1,02 trilhão, na comparação com a tendência em 2008 e com a estimativa para o ano passado).

Bráulio usou dados de emissões líquidas do Seeg (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima, e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para desmatamento.

Para estimar os custos, foi usado o chamado CSC (Custo Social do Carbono) por tonelada adicional de CO₂ (gás carbônico) despejada na atmosfera - de US\$ 185 por tonelada em 2020 e chegando a US\$226 em 2030.

Considerando uma trajetória linear de redução, a partir de 2027, os biomas sairiam do patamar de perdas e passariam a gerar ganhos para a economia mundial, que somam os US\$ 240 bilhões.

Com desmatamentos zera-dos em ambos os biomas em 2030, a captura de GEE pelas florestas seria maior que as emissões brutas em razão de desmatamentos e queimadas, afirma o pesquisador.

Ele lembra que também é preciso considerar que os ganhos são diluídos no tempo - ou seja, não necessariamente se materializarão integralmente entre 2027 e 2030- e, caso o desmatamento se mantenha zerado a partir de 2031, o ganho acumulado cresce.

"Esses ganhos e perdas afetam a economia mundial ao longo de muitos anos, já que os gases de efeito estufa têm efeitos por séculos, e os ganhos e perdas são diluídos no tempo. Há cerca de cinco anos, era uma utopia, mas hoje está clara a maneira como o Brasil pode monetizar a preservação, por meio do mercado de crédito de carbono." Em novembro passado, ainda na condição de presidente eleito, Lula ressaltou em discurso na COP 27 (conferência para o clima), no Egito, que o combate às mudanças climáticas seria prioridade nos quatro anos de seu governo.

"Não há segurança climática para o mundo sem uma Amazônia protegida, não mediremos esforços para zerar o desmatamento e a degradação dos nossos biomas até 2030, da mesma forma que mais de 130

países se comprometeram ao assinar a declaração de Glasgow sobre as florestas", disse o petista.

"Vamos priorizar a luta contra o desmatamento em todos os nossos biomas. Durante os três primeiros anos [do governo Bolsonaro], o desmatamento na Amazônia teve um aumento de 73%, essa devastação ficará no passado." Na avaliação de Borges, a guinada na política ambiental, com a derrota de Bolsonaro em 2022, coincide com o avanço nas discussões sobre preservação ambiental, que o Brasil pode capitanear nos próximos anos.

Nesse cenário, o destaque que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tem recebido e sua presença no Fórum de Davos emprestam ao país uma reputação bastante positiva em todo o mundo, avalia o economista.

"Já voltamos com o Fundo Amazônia, voltamos com o plano de combate ao desmatamento e já estamos recompondo orçamentos e equipes dos ministérios. O Brasil tem compromissos ambiciosos em relação a ser um país economicamente próspero, socialmente justo, politicamente democrático, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável", disse Marina em Davos.

"Mas a gente precisa correr atrás, alguns resultados vão precisar ser entregues em breve e vai ser preciso estipular metas mais ousadas e um plano para cumprir essas regras", diz Borges, que destaca oportunidades na expansão do setor elétrico por meio de energia eólica e solar e definição de padrões de emissões.

Com a guinada na política ambiental, o Brasil também pode se beneficiar nos próximos anos da atração de capitais por meio de investidores que levam em conta a preservação ambiental. Além disso, o país pode evitar sanções aos produtos brasileiros e destrar o acordo entre Merco sul e União Europeia, conforme sinalizado por líderes europeus.

"E podemos ganhar royalties para manter a floresta de pé e ganhar para reflorestar. O mercado de crédito de carbono está se tornando cada vez mais global. Se o Brasil reduzir a zero o desmatamento, vai ter um excedente em relação às metas e poderá exportar isso para outros países cumprirem as suas", diz Borges.

Ele acrescenta que, embora efeitos do desmatamento sejam captáveis com mais clareza pelos economistas - como o aumento da criação de gado nos estados da Amazônia Legal ou da extração de madeira ilegal-, há custos que o desmatamento gera e que são mais difíceis de captar, como o da redução do regime chuvas no Centro - Oeste e mesmo no Sudeste e no Sul.

Para especialistas ouvidos pela Folha, o governo Lula começa com o desafio de retomar as políticas ambientais que tornaram o Brasil referência dos fóruns internacionais nas décadas passadas, mas precisa avançar na estratégia de proteção da floresta.

"É necessário ter um projeto de desenvolvimento sustentável para a região aliado à meta de reduzir o desmatamento. A Amazônia não está sendo cortada para dar lugar a uma produção agropecuária de alta qualidade: quase dois terços são de pasto de baixíssima produtividade, 10% de produção agrícola, e um quinto de vegetação secundária [de áreas abandonadas]", diz a economista da PUC-Rio Clarissa Gandour.

Em seu novo mandato, Lula precisará retomar o que já havia dado certo antes e investir em pontos que não tiveram tanto avanço, como os eixos de desenvolvimento sustentável e de ordenamento territorial, afirma.

"É preciso tocar na questão dos vazios fundiários, áreas que não estão cadastradas e que não têm função definida. Na questão da grilagem [tomada de terras de maneira ilegal], também se avançou pouco. Sem mexer no ordenamento territorial, não vai ter desmatamento zero", diz Gandour, que é coordenadora de Avaliação de Política Pública com foco em Conservação na CPI (Climate Policy Initiative).

Ela lembra que também é preciso olhar para os assentamentos da reforma agrária, que representam quase um quinto do que foi desmatado, é uma questão cheia de nuances, por tratar de famílias que precisam sobreviver e garantir a viabilidade de suas terras.

O Brasil pode ser sinônimo de super potência de biodiversidade, na área ambiental tem indicadores que países desenvolvidos não têm. É campeão de biodiversidade, mas tem dificuldade de aceitar essa ideia, avalia Carlos Eduardo Young, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"A fala do [vice-presidente e ministro do Desenvolvimento] Geraldo Alckmin, de instalar uma secretaria de economia verde, e de termos dentro do BNDES uma diretoria específica de economia verde ampliam a discussão para além do Ministério do Meio Ambiente. Vejo com felicidade que temos agora uma outra conjuntura." O professor ressalta que a dependência que o Brasil criou da receita com a exportação do agronegócio e de recursos minerais ainda terá forte peso político para os próximos anos e é preciso considerar os desafios para a preservação ambiental nesse contexto.

"Mas agora vai haver de fato um debate, e é preciso que o país tenha a percepção de que é muito melhor a gente crescer por meio de atividades que geram conservação ambiental e bem-estar para a população."

"Há cerca de cinco anos, era uma utopia, mas hoje está clara a maneira como o Brasil pode monetizar a preservação, por meio do mercado de crédito de carbono" Bráulio Borges pesquisador do FGV Ibre e economista sênior da LCA Consultores

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50173>

O preço do desmatamento

Aumento das emissões custou US\$ 201 bi em quatro anos*

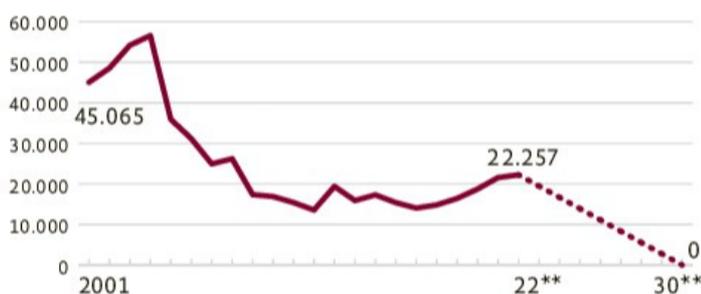
Ganhos e perdas acumulados

Em US\$ bilhões constantes de 2022



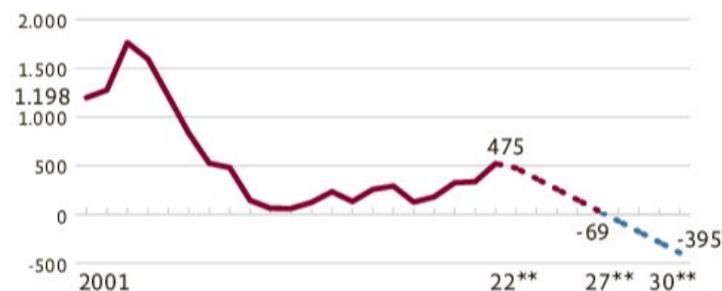
Desmatamentos da Amazônia Legal e do cerrado

Em km²



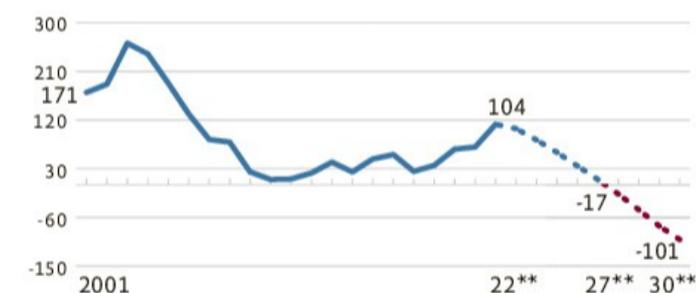
Emissões líquidas de GEE associados a mudanças de uso da terra e florestas

Em milhões de toneladas de CO₂ equivalente



Valor das emissões líquidas

Em US\$ bi*



* Estimativas consideram os valores de Custo Social do Carbono estimados por Rennert et al 2022 (US\$ 185/ton em 2020, chegando a US\$ 226 em 2030)

** Estimativa para 2022; dados para 2023-2030: cenário hipotético no qual os desmatamentos seriam zerados em 2030

Fontes: Bráulio Borges (Ibre/FGV), Prodes/Inpe, Seeg/Observatório do Clima

FMI vê leve melhora no cenário global, com moderação dos riscos

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Políticas restritivas para manter a **inflação** sob controle resultarão num crescimento global ainda lento em 2023, de acordo com o relatório Panorama Econômico Mundial, apresentado ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Cingapura. Porém, os economistas do Fundo revisaram ligeiramente para cima as projeções para este ano em relação as estimativas feitas em outubro.

De acordo com o relatório, o Produto Interno Bruto (**PIB**) global deverá crescer 2,9% neste ano - abaixo dos 3,4% estimados para 2022 - e 3,1% no ano que vem.

"A previsão de crescimento global para 2023 é 0,2 ponto percentual acima do previsto em outubro, mas ainda está abaixo da média histórica, entre 2000 e 2019, de 3,8%", diz o relatório. "A elevação das taxas de juros pelos bancos centrais para combater a **inflação** e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam pesando sobre a atividade econômica." A expectativa do FMI, porém, é de melhora gradual do cenário econômico em todo o mundo a partir do próximo ano.

O Fundo avalia que os lockdowns da covid-19 na China prejudicaram o crescimento em 2022, mas a recente reabertura do país, com o abandono da política de covid-zero, pavimenta o caminho para uma recuperação mais rápida do que se esperava.

"A **inflação** global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, ainda acima dos níveis pré-pandêmicos (entre 2017 e 2019) de cerca de 3,5%", prossegue o relatório do Fundo. Para os economistas do FMI, o grau de incertezas ainda é alto, "mas os riscos se mostraram mais moderados desde o relatório de outubro".

"No lado positivo, um impulso mais forte da demanda reprimida em várias economias ou uma queda mais rápida da **inflação** são plausíveis", afirma o relatório.

"Por outro lado, graves problemas de saúde na China podem atrasar a recuperação, a guerra na Ucrânia pode escalar e as condições de financiamento globais mais rígidas podem piorar o problema da dívida", diz o texto.

Em linha com suas recomendações dos últimos meses, o FMI alerta que uma maior fragmentação geopolítica - na medida em que as maiores economias buscam alternativas menos dependentes da China para suas cadeias produtivas - poderia dificultar o progresso econômico em todo o planeta.

Motor do crescimento global há anos, a China sofreu com os lockdowns da covid-19 que desaceleraram a atividade econômica. Mesmo após o relaxamento das restrições, o aumento do número de novos casos reduziu o ritmo da recuperação.

As autoridades responderam com afrouxamento adicional da política monetária e fiscal - apoiado em novas metas de vacinação para idosos e medidas para ajudar na conclusão de projetos imobiliários inacabados.

A confiança de consumidores e empresas chineses tem subido devagar.

Esse ritmo lento da atividade da China reduz o crescimento do comércio global e preços internacionais das commodities. Mesmo assim, o FMI acredita que a China deva crescer 5,2% este ano - 0,8 ponto percentual acima do que previa o estudo de outubro.

Para os EUA, o FMI, prevê uma desaceleração do crescimento de 2% em 2022 para 1,4% em 2023 - um aumento de 0,4 ponto percentual em relação à previsão de outubro.

A melhora se baseia no fato de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tem conseguido desaquecer a demanda e o mercado de trabalho, mantendo as taxas de **inflação** sob controle.

Já o crescimento na zona do euro deve chegar a 0,7% em 2023, 0,2 ponto percentual acima da previsão de outubro - e deve subir para 1,6% em 2024.

"A revisão para cima reflete efeitos de aumentos mais rápidos das taxas pelo Banco Central Europeu (BCE) e preços de energia mais baixos no atacado", diz o FMI, ressaltando o esforço de países europeus de subsidiar gastos de famílias e empresas com eletricidade.

Em outro sentido, O crescimento no Reino Unido é projetado em - 0,6% em 2023, 0,9 ponto percentual abaixo do projetado em outubro.

"Essa revisão decorre de políticas fiscais e monetárias mais apertadas e preços de energia ainda elevados", afirma o FMI.

O Fundo alerta que, embora em muitas economias o ciclo de aumento de juros para controlar os preços esteja no final, alguns surtos inflacionários podem surgir nos próximos meses.

"Com condições monetárias mais restritivas e o crescimento menor afetando a estabilidade financeira, é necessário implantar ferramentas macroprudenciais dirigidas e visando à reestruturação da dívida", diz o estudo. "O apoio fiscal deve ser direcionado para os mais afetados pelos preços elevados de alimentos e energia e medidas de alívio fiscal de base ampla devem ser retiradas", afirma o FMI.

"E uma cooperação multilateral mais forte será essencial para preservar os ganhos globais e para mitigar as mudanças climáticas, limitando as emissões de carbono e aumentando o investimento verde", recomenda o relatório.

Para o Brasil, FMI prevê 2 anos de crescimento baixo

O Brasil deve crescer apenas 1,2% neste ano e 1,5% em 2024, segundo novas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que divulgou ontem seu mais recente relatório Panorama Econômico Mundial.

A projeção de crescimento para este ano foi revista para cima, em 0,2 ponto percentual, em relação à previsão de outubro. Já a estimativa para 2024 foi rebaixada, e o número atual é 0,4 ponto percentual menor do que se esperava.

Embora não detalhe por que reduziu a projeção de crescimento da economia brasileira para 2024, o FMI destaca que a América Latina como um todo é vulnerável à uma esperada redução dos preços de commodities. Para a América Latina e Caribe, o FMI prevê crescimento de 1,8% e 2,1%, em 2023 e 2024.

Esses números são superiores não só aos do Brasil, como também aos da segunda economia da região, o México - para o qual o FMI prevê crescimento de 1,7% e 1,6%, neste ano e no próximo.

Com relação à alta de preços, o FMI lista o Brasil entre os países que está com o núcleo da **inflação** em declínio, após completarem seus ciclos de apertos econômicos.

Os números revisados do FMI para o Brasil estão próximos dos divulgados ontem pelo boletim Focus, do Banco Central, que projeta crescimento de 0,8% neste ano e 1,5% em 2024.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187447>

Projeções para o PIB Global

Variação anual, em %

	2022*	2023**	2024**
Global	3,4	2,9	3,1
Economias desenvolvidas	2,7	1,2	1,4
EUA	2	1,4	1
Zona do euro	3,5	0,7	1,6
Alemanha	1,9	0,1	1,4
França	2,6	0,7	1,6
Itália	3,9	0,6	0,9
Espanha	5,2	1,1	2,4
Reino Unido	4,1	-0,6	0,9
Japão	1,4	1,8	0,9
Economias emergentes	3,9	4	4,2
China	3	5,2	4,5
Índia	6,8	6,1	6,8
Rússia	-2,2	0,3	2,1
Brasil	3,1	1,2	1,5
México	3,1	1,7	1,6

Fonte: World Economic Outlook- Janeiro 2023 / FMI.
*Estimativa. **Projeções.